

# ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAIS DA REGIÃO NORDESTE

EXAME DE ORDEM – 2005.2

## Prova Objetiva

### INSTRUÇÕES

- 1. Você está recebendo uma Folha Definitiva de Respostas e este Caderno contendo 100 questões.
- 2. Preencha com seu nome e número de inscrição o espaço indicado na capa deste Caderno.
- 3. Caso seja autorizada sua saída da sala, deixe o Caderno fechado com a Folha Definitiva de Respostas e a tira desta página dentro do Caderno.
- 4. Leia cuidadosamente as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- 5. Será anulada a questão em que for marcada mais de uma alternativa ou que estiver totalmente em branco.
- 6. Anote na tira ao lado a alternativa que julgar certa e transcreva-a para a Folha Definitiva de Respostas, com caneta de tinta azul ou preta.
- 7. Não rasure, não dobre e nem amasse a Folha Definitiva de Respostas. Não escreva nada fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca indicada pode ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o seu desempenho.
- 8. A duração da prova é de 4 horas.
- 9. É terminantemente proibido retirar-se do local do exame antes de decorrida 1 hora após o seu início, qualquer que seja o motivo. Na hipótese de o candidato ausentar-se sem que tenha decorrido o interregno de tempo indicado, a sua prova será anulada e o mesmo não poderá levar a Folha Intermediária de Respostas.
- 10. Ao terminar a prova, o candidato entregará o Caderno de Questões e a Folha Definitiva de Respostas, mantendo em seu poder a Folha Intermediária de Respostas para, querendo, confirmar o gabarito a ser oportunamente publicado.

AGUARDE A ORDEM PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

VERSÃO

# 2

RESPOSTAS

01	<input type="checkbox"/>	51	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	52	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	53	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	54	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	55	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	56	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	57	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	58	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	59	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	60	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	61	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	62	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	63	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	64	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	65	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	66	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	67	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	68	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	69	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	70	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	71	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>	72	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>	73	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>	74	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>	75	<input type="checkbox"/>
26	<input type="checkbox"/>	76	<input type="checkbox"/>
27	<input type="checkbox"/>	77	<input type="checkbox"/>
28	<input type="checkbox"/>	78	<input type="checkbox"/>
29	<input type="checkbox"/>	79	<input type="checkbox"/>
30	<input type="checkbox"/>	80	<input type="checkbox"/>
31	<input type="checkbox"/>	81	<input type="checkbox"/>
32	<input type="checkbox"/>	82	<input type="checkbox"/>
33	<input type="checkbox"/>	83	<input type="checkbox"/>
34	<input type="checkbox"/>	84	<input type="checkbox"/>
35	<input type="checkbox"/>	85	<input type="checkbox"/>
36	<input type="checkbox"/>	86	<input type="checkbox"/>
37	<input type="checkbox"/>	87	<input type="checkbox"/>
38	<input type="checkbox"/>	88	<input type="checkbox"/>
39	<input type="checkbox"/>	89	<input type="checkbox"/>
40	<input type="checkbox"/>	90	<input type="checkbox"/>
41	<input type="checkbox"/>	91	<input type="checkbox"/>
42	<input type="checkbox"/>	92	<input type="checkbox"/>
43	<input type="checkbox"/>	93	<input type="checkbox"/>
44	<input type="checkbox"/>	94	<input type="checkbox"/>
45	<input type="checkbox"/>	95	<input type="checkbox"/>
46	<input type="checkbox"/>	96	<input type="checkbox"/>
47	<input type="checkbox"/>	97	<input type="checkbox"/>
48	<input type="checkbox"/>	98	<input type="checkbox"/>
49	<input type="checkbox"/>	99	<input type="checkbox"/>
50	<input type="checkbox"/>	100	<input type="checkbox"/>

Número de inscrição

Nome do candidato



## DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 01.** Uma das funções do inquérito policial é a de ser instrumento da denúncia ou da queixa. Com base nessa afirmação e nos termos do Código de Processo Penal, com relação ao término do inquérito policial, é correto afirmar que
- (A) não há prazo previsto para término do inquérito policial quando o indiciado estiver em liberdade.
  - (B) se o indiciado estiver preso preventivamente, o prazo para término do inquérito policial é de 5 dias, improrrogáveis.
  - (C) se o indiciado estiver em liberdade, o prazo para término do inquérito policial é de 30 dias, e pode ser prorrogado por determinação da autoridade judicial competente.
  - (D) se o indiciado estiver preso por força de flagrante, o inquérito policial deve terminar em 5 dias.
- 02.** A ação penal de iniciativa pública é privativa do Ministério Público, nos termos do art. 129, inciso I, da Constituição Federal da República. Por vezes, o membro do *parquet* entende que não há elementos para a instauração da instância processual penal, e acaba por representar pelo arquivamento do inquérito policial. Ocorrido tal fato, e entendendo o magistrado estadual que há elementos suficientes para a inauguração da ação penal, este deve
- (A) designar outro membro do Ministério Público, a quem incumbirá de oferecer a denúncia.
  - (B) determinar a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça, que decidirá acerca da questão.
  - (C) determinar a remessa dos autos ao Procurador-Geral, que decidirá acerca da questão.
  - (D) designar audiência preliminar, a fim de que seja discutida a aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.
- 03.** São princípios regentes da ação penal da iniciativa privada a
- (A) oportunidade, a indivisibilidade e a obrigatoriedade.
  - (B) disponibilidade, a indivisibilidade e a oportunidade.
  - (C) divisibilidade, a oportunidade e a disponibilidade.
  - (D) necessidade, a indivisibilidade e a disponibilidade.
- 04.** Um dos atos processuais mais importantes é o interrogatório, por meio do qual o magistrado ouve do pretense culpado esclarecimentos sobre a imputação que lhe é feita e, ao mesmo tempo, colhe dados importantes para o seu convencimento. A despeito da sua posição topográfica – no capítulo das provas –, o interrogatório é meio de defesa. Com relação ao interrogatório judicial, é correto afirmar:
- (A) muito embora o acusado deva ser acompanhado por defensor, este apenas deve zelar pela correta transcrição das palavras do acusado para o termo de audiência, já que a defesa técnica e o órgão da acusação não podem, nesta fase processual, requerer esclarecimentos complementares.
  - (B) o magistrado pode deixar de realizá-lo, desde que sejam robustas as provas documentais, em atenção ao princípio da economia processual.
  - (C) antes de sua realização, o magistrado deve informar ao acusado que este tem o direito de permanecer em silêncio, advertindo-o, porém, de que o silêncio pode ser interpretado em seu desfavor.
  - (D) ao término da indagação promovida pelo magistrado, as partes podem requerer seja esclarecido algum fato, devendo o magistrado ponderar a pertinência e relevância de tal esclarecimento antes de dirigir a pergunta ao acusado.
- 05.** Testemunha que reside na comarca é regularmente arrolada pela defesa em ação penal. A testemunha é intimada para o ato. Acometida de grave enfermidade, que impede sua locomoção, a testemunha comprova documentalmente e de forma cabal, que está impossibilitada de comparecer à audiência designada. Caso o defensor insista na oitiva da testemunha, deve o magistrado
- (A) ouvir a testemunha onde ela se encontre.
  - (B) suspender o processo, até que a testemunha tenha condições de comparecer à sede do juízo.
  - (C) determinar que a defesa substitua a testemunha, sob pena de preclusão da prova.
  - (D) determinar que a testemunha seja conduzida de forma coercitiva à sede do juízo.

- 06.** Antes de sentença condenatória com trânsito em julgado, o princípio do estado de inocência recomenda que os acusados permaneçam em liberdade. A prisão durante instrução criminal é, portanto, exceção, que se admite apenas nas hipóteses legais. Nesta ordem de idéias, é correto afirmar que
- (A) na inoocorrência de qualquer das hipóteses que autorizem a prisão preventiva, o acusado tem direito à concessão de liberdade provisória.
  - (B) a prisão preventiva não pode ser decretada durante o inquérito policial, uma vez que antes de oferecida a denúncia esta modalidade de prisão é inadmissível.
  - (C) para assegurar a ordem pública, a prisão temporária pode ser decretada pela autoridade policial, obedecido o prazo máximo de 5 dias e a imediata comunicação ao juízo competente.
  - (D) autor dos fatos que comete crime de menor potencial ofensivo está sujeito à prisão em flagrante, mesmo que se comprometa a comparecer no Juizado Especial Criminal.
- 07.** Sob o tópico “A sentença”, a exposição de motivos do Código de Processo Penal adverte: “O projeto, generalizando um princípio já consagrado pela atual Lei do Júri, repudia a proibição de sentença condenatória *ultra petitem* ou a desclassificação *in pejus* do crime imputado”. Tal princípio trata da correlação entre a acusação e a sentença, e norteou a redação de vários dispositivos do Código de Processo Penal. Neste diapasão, é correto afirmar que
- (A) para a aplicação de pena mais grave do que a indicada na denúncia, o magistrado deve, invariavelmente, determinar o aditamento da peça acusatória.
  - (B) o juiz não poderá dar ao fato definição jurídica diversa da que constar da queixa ou denúncia.
  - (C) na ação penal de iniciativa privada, o pedido de absolvição formulado pelo querelante não impede a prolação de sentença condenatória.
  - (D) nos crimes de ação penal de iniciativa pública, o magistrado pode reconhecer, na sentença, agravante que não tenha sido indicada pelo Ministério Público na denúncia.
- 08.** Afirma Rui Barbosa: “quer na jurisprudência nacional, quer na estrangeira, sempre se reputou condição indispensável à validade do júri a integridade efetiva da lista de sessão, isto é, o comparecimento, no tribunal, do número de jurados que a lei fixou com o intuito de proteger, a respeito da acusação e da defesa, o direito de recusa”.
- (O Júri sob todos os aspectos,*  
Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1950)
- No Código de Processo Penal, sabe-se que há requisitos de quorum para a realização da sessão, além de outras regras indispensáveis para a validade do julgamento pelo Tribunal do Júri, tais como:
- (A) para a instalação da sessão de julgamento, devem estar presentes, pelo menos, 15 jurados.
  - (B) o conselho de sentença deve ser formado por 12 jurados.
  - (C) imotivadamente, cada uma das partes pode recusar apenas 2 jurados.
  - (D) os jurados excluídos por impedimento ou suspeição não serão computados para a constituição do mínimo legal.
- 09.** João foi condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade fixada em 12 anos, em regime fechado, com direito à progressão, decisão esta que já transitou em julgado. Cumprido o lapso temporal e entendendo presentes os requisitos de ordem subjetiva, o advogado de João pleiteou fosse o sentenciado transferido para o regime semi-aberto, pedido que, no dia de ontem, restou indeferido pelo juízo em que tramita a execução. Diante desse indeferimento, a medida cabível à espécie é
- (A) o recurso de agravo, com efeito suspensivo.
  - (B) o recurso em sentido estrito.
  - (C) a revisão criminal.
  - (D) o recurso de agravo, sem efeito suspensivo.
- 10.** De acordo com a Lei n.º 10.259/2001, que instituiu os Juizados Especiais Criminais no âmbito da Justiça Federal, são considerados crimes de menor potencial ofensivo todos aqueles
- (A) em que a pena privativa de liberdade mínima cominada não seja superior a 2 anos, independentemente da quantidade máxima da pena em abstrato.
  - (B) em que a lei comine pena privativa de liberdade máxima não superior a 2 anos, ou multa.
  - (C) cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa.
  - (D) cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, desde que o sujeito ativo seja tecnicamente primário.

## DIREITO PENAL

11. A desistência voluntária diferencia-se do arrependimento eficaz, pois
- (A) na desistência, o agente interrompe a conduta na preparação e no arrependimento, não.
  - (B) na desistência, o agente ainda não terminou os atos executórios e no arrependimento, já terminou.
  - (C) na desistência a pena a que o agente está sujeito é maior do que a do arrependimento.
  - (D) o arrependimento eficaz ocorre após a execução, e a desistência ocorre durante a consumação.
12. O erro sobre a ilicitude do fato
- (A) exclui a tipicidade.
  - (B) atinge o dolo e a culpa.
  - (C) exclui a culpabilidade.
  - (D) exclui a imputabilidade.
13. No tocante aos inimputáveis, pode-se afirmar que
- (A) serão internados em casas de custódia e tratamento ou submetidos a tratamento ambulatorial caso pratiquem fato típico e antijurídico.
  - (B) serão sempre absolvidos com base nas excludentes de ilicitude.
  - (C) são os menores de 21 anos e os doentes mentais previstos no artigo 26 *caput* do C.P.
  - (D) a embriaguez completa, culposa torna o agente inimputável.
14. O artigo 13, § 2.º, ao afirmar que: “A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado”, se aplica aos chamados crimes
- (A) omissivos próprios.
  - (B) comissivos por omissão.
  - (C) comissivos.
  - (D) de pequeno potencial ofensivo.
15. A condenação anterior, para efeito de reincidência, não será considerada
- (A) quando se passarem mais de 5 anos entre os cometimentos do primeiro e do segundo crime.
  - (B) quando se passarem mais de 5 anos entre o trânsito em julgado da condenação pelo primeiro crime e o cometimento do segundo.
  - (C) quando se passarem 5 anos entre o trânsito em julgado da condenação pelo primeiro crime e o cometimento do segundo.
  - (D) quando os crimes forem militares próprios.

16. Falsificar a assinatura do cônjuge, na constância do casamento, em contrato de financiamento bancário, constitui
- (A) crime de falsificação de documento público.
  - (B) crime de falsidade ideológica.
  - (C) crime de falsificação de documento particular.
  - (D) fato atípico frente a excludente de punibilidade em razão do casamento.
17. Quanto ao dolo no crime de apropriação indébita, é correto afirmar que
- (A) deve preexistir à posse ou detenção da coisa.
  - (B) deve ser posterior à posse ou detenção da coisa.
  - (C) pode ser anterior ou posterior à posse ou detenção da coisa.
  - (D) o crime não apresenta modalidade dolosa.
18. Assinale a alternativa que apresenta crime contra os costumes.
- (A) Calúnia.
  - (B) Assédio sexual.
  - (C) Simulação de casamento.
  - (D) Curandeirismo.
19. A consumação do crime de estelionato ocorre no momento em que o sujeito ativo
- (A) pratica a fraude.
  - (B) induz a vítima em erro.
  - (C) utiliza a vantagem ilícita em benefício próprio ou de terceiro.
  - (D) obtém a vantagem ilícita.
20. Indique qual dos delitos elencados foi expressamente revogado pela Lei n.º 11.106/2005.
- (A) Rapto.
  - (B) Bigamia.
  - (C) Ato obsceno.
  - (D) Rufianismo.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

21. O imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos incide sobre a transmissão
- (A) de direitos reais, inclusive sobre imóvel hipotecado.
  - (B) do prédio construído, mas não sobre o terreno.
  - (C) dos imóveis por natureza ou por acessão física, isto é, sobre o terreno ou sobre imóvel nele construído.
  - (D) dos imóveis, exceto sobre a transmissão de domínio útil adquirido por enfiteuse.

22. A lei pode excluir a responsabilidade fiscal do contribuinte, atribuindo-a expressamente a terceira pessoa, desde que esta seja
- (A) responsável pelo contribuinte.
  - (B) dependente do contribuinte.
  - (C) sucessora do contribuinte.
  - (D) vinculada ao fato gerador.
23. A retificação de declaração pelo próprio declarante, com o objetivo de reduzir ou excluir tributo,
- (A) tem de ser feita após a notificação do lançamento respectivo.
  - (B) é admissível mediante comprovação do erro em que se fundamente.
  - (C) não é admissível, se solicitada após o recolhimento integral do novo imposto líquido a pagar, apurado na declaração retificadora.
  - (D) é permitida somente 10 dias após a respectiva notificação.
24. A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, quando houver
- (A) relevante importância do crédito tributário.
  - (B) questões de ordem administrativa de cada contribuinte.
  - (C) projeto de anistia definido pela autoridade competente.
  - (D) condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.
25. Os produtos industrializados destinados ao exterior não estão sujeitos ao imposto sobre
- (A) produtos industrializados e ao imposto sobre exportação.
  - (B) serviço.
  - (C) operações relativas à circulação de mercadorias.
  - (D) exportação.
26. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito com a Fazenda Pública, por crédito tributário
- (A) em fase de lançamento e inscrição como dívida ativa.
  - (B) sujeito a confissão irretratável.
  - (C) regularmente inscrito como dívida ativa em fase de execução.
  - (D) regularmente constituído pelo lançamento.
27. A vedação de estabelecer limitações ao tráfego interestadual de mercadoria refere-se a
- (A) pedágio.
  - (B) tributo.
  - (C) imposto.
  - (D) multa.
28. De acordo com o Código Tributário Nacional, a competência e os poderes das autoridades administrativas, em matéria de fiscalização tributária,
- (A) devem ser regulados na legislação tributária, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar.
  - (B) não se podem exercer sobre as pessoas naturais que gozem de isenção de caráter pessoal.
  - (C) devem ser regulados em uma lei de caráter geral, aplicável a todos os tributos da União, dos Estados e dos Municípios.
  - (D) não se exercem em relação a quaisquer pessoas jurídicas que gozam de imunidade ou isenção, inclusive as de direito privado.
29. O prazo contado para que se dê o fato jurídico da decadência e da prescrição
- (A) suspende-se no caso de decadência e interrompe-se no caso de prescrição.
  - (B) interrompe-se e suspende-se no caso de decadência e apenas se suspende no caso de prescrição.
  - (C) interrompe-se e suspende-se no caso de prescrição e apenas se suspende no caso de decadência.
  - (D) interrompe-se e suspende-se no caso de prescrição e não se interrompe nem se suspende no caso de decadência.
30. Com relação à certidão negativa de tributos, pode-se dizer que
- (A) mesmo que a lei a exija, ela é dispensável no caso de o contribuinte necessitar praticar, com urgência, um ato para evitar a caducidade de um direito seu.
  - (B) não tem efeito de certidão negativa a certidão em que conste haver débitos tributários não vencidos, ou que haja débito em fase de execução judicial com penhora realizada.
  - (C) não pode ser expedida se a autoridade fiscal verificar a existência de débito sujeito a moratória, ou objeto de reclamação ou recurso perante a autoridade fiscal competente.
  - (D) não há prazo fixado no Código Tributário Nacional para o atendimento do pedido do interessado, havendo a praxe de expedi-la no prazo de 15 dias.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

31. A Constituição do Brasil, em vigor, é de
- (A) 1988 e não admite a reforma ou supressão de seus dispositivos na totalidade.
  - (B) 1969 e sofreu alteração posterior, que lhe rendeu a *alcunha* de Constituição-cidadã.
  - (C) 1988 e após a reforma do Judiciário foram eliminadas quaisquer normas não auto-exeqüíveis.
  - (D) 1993, ocasião em que o povo pôde optar pelo presidencialismo e pela república, ratificando o novo texto constitucional.
32. Quanto à hermenêutica da Constituição e técnicas de decisão da Justiça Constitucional, admitem-se, nessa ordem, no Brasil,
- (A) o critério de que norma especial revoga norma geral e a interpretação da Constituição conforme as leis.
  - (B) a interpretação restritiva de direitos fundamentais e o uso livre de princípios do Direito Natural.
  - (C) a aplicação do postulado da unidade constitucional e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.
  - (D) a ampla revisão das cláusulas pétreas e a técnica da coisa julgada material das declarações de inconstitucionalidade em controle difuso-concreto.
33. Com apoio na doutrina consagrada, pode-se afirmar que o poder constituinte originário é
- (A) soberano, ilimitado e incondicionado.
  - (B) posterior, subordinado e divisível.
  - (C) decorrente, distributivo e desconcentrado.
  - (D) alienável, divisível e a termo.
34. No Brasil, a inconstitucionalidade e a não-recepção têm como diferença a circunstância de que a primeira (inconstitucionalidade) exige, exclusivamente,
- (A) um juízo comparativo entre lei ou ato normativo e Constituição, enquanto que a não-recepção pode operar também entre ato administrativo e Constituição.
  - (B) um juízo comparativo entre lei em sentido estrito e Constituição, atual ou anterior, enquanto que a não-recepção refere-se apenas à Constituição em vigor.
  - (C) um controle abstrato, ao passo que a não-recepção pode ser reconhecida por qualquer juiz ou tribunal.
  - (D) atos normativos em vigor no momento do controle.
35. Na recente *Reforma do Judiciário*, realizada pela Emenda Constitucional n.º 45, de 2004,
- (A) foi suprimido o recurso extraordinário e o controle difuso-concreto da constitucionalidade dos atos normativos.
  - (B) foram ampliadas as hipóteses constitucionais expressas de cabimento do recurso extraordinário e admitida a aprovação, de ofício, de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (C) a ação declaratória de constitucionalidade teve sua legitimidade ativa ampliada e a reclamação constitucional foi extinta.
  - (D) extinguiu-se a possibilidade de que em ação direta de inconstitucionalidade por omissão o Supremo Tribunal Federal determine ao órgão administrativo que adote as providências necessárias, para tornar efetiva a norma, em 30 dias.
36. A arguição de descumprimento de preceito fundamental
- (A) foi introduzida no Direito brasileiro em 1993 e admite legitimidade ativa popular.
  - (B) destina-se ao controle dos atos *interna corporis* do Congresso Nacional, sendo cabível, ainda, em face de decisão judicial que contrariar súmula aplicável.
  - (C) tem como objeto a interpretação de dispositivo da Constituição ou de tratados internacionais dos quais o Brasil seja signatário.
  - (D) tem, conforme a sua lei regulamentadora, cabimento subsidiário, exatamente para o caso de não haver, no controle abstrato, outro meio eficaz de sanar a lesividade decorrente da violação à Constituição.
37. No federalismo brasileiro,
- (A) um estado-membro pode recusar fé aos documentos públicos emitidos em outro estado da federação, desde que o faça por meio de lei.
  - (B) os municípios podem manter relações de aliança com culto religioso, subvencionando-o integralmente, desde que ratificada essa atividade pela maioria da população interessada.
  - (C) o Distrito Federal é a Capital Federal e pode ser subdividido em municípios.
  - (D) a atual divisão não é fixa, já que os estados-membros podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos estados ou territórios federais.

**38.** O cidadão Veja Só, munícipe da cidade de Altas Cogitações, pretende propor ação em face do ex-Prefeito Quero Mais, da cidade vizinha de Rombonópolis, por este último ter realizado, enquanto era Prefeito nessa cidade, licitação superfaturada e desvio de verbas públicas para empreiteiras e agências de publicidade. Será cabível, no caso,

- (A) o mandado de segurança coletivo, pois o interesse não é apenas do munícipe-autor.
- (B) mandado de injunção em face da Prefeitura, para que adote as providências cabíveis quanto ao ressarcimento do erário público.
- (C) a ação civil pública que, contudo, exige mais de um cidadão no pólo ativo.
- (D) a ação popular, que pode ser proposta por um único cidadão e deverá incluir, no pólo passivo, além da autoridade responsável pela prática do ato, a pessoa jurídica de Direito público interno e os terceiros beneficiários do ato.

**39.** Conforme assegura expressamente a Constituição brasileira em vigor,

- (A) não pode haver, no Brasil, pena de perda de bens ou de suspensão de direitos fundamentais.
- (B) nenhum estrangeiro será extraditado, salvo no caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes.
- (C) ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- (D) é condição de elegibilidade para o cargo de vereador a idade mínima de 21 anos.

**40.** Quanto ao regime constitucional do Poder Judiciário e da magistratura, em vigor, é correto afirmar que

- (A) ao juiz é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos dez anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- (B) o Conselho da República e o Conselho Nacional de Justiça integram a estrutura do Poder Judiciário.
- (C) os tribunais de justiça poderão funcionar descentralizadamente, constituindo câmaras regionais.
- (D) os crimes militares cometidos contra civis devem ser julgados na justiça civil comum de primeira instância.

## DIREITO DO TRABALHO

**41.** De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação do empregado,

- (A) somente os profissionais liberais, que admitirem advogados como empregados.
- (B) somente as instituições de beneficência, com fins lucrativos.
- (C) as associações recreativas ou outras instituições com fins lucrativos, que admitirem médicos como empregados.
- (D) os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

**42.** De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, as gorjetas constituem

- (A) remuneração.
- (B) salário direto.
- (C) salário indireto.
- (D) salário *in natura*.

**43.** A Constituição Federal Brasileira assegura à categoria dos trabalhadores domésticos o direito

- (A) ao fundo de garantia por tempo de serviço.
- (B) à licença-paternidade, nos termos fixados em lei.
- (C) ao salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.
- (D) à remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do trabalho normal.

**44.** O empregado que descumpra ordens pessoais de serviço pode ficar sujeito à punição disciplinar ou dispensa por justa causa, tipificada na CLT como

- (A) desídia.
- (B) mau procedimento.
- (C) ato de indisciplina.
- (D) ato de insubordinação.

45. No modelo sindical atual, é permitido que
- (A) seja criada mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de igual categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial ou município.
  - (B) o Poder Público interfira e intervenha na organização sindical.
  - (C) o aposentado filiado vote e seja votado nas organizações sindicais.
  - (D) a lei exija autorização do Estado para a fundação de sindicato.
46. De acordo com a atual Lei de Greve, é considerado serviço ou atividade essencial
- (A) a função de frentistas de postos de combustíveis.
  - (B) a captação e o tratamento de esgoto e lixo.
  - (C) o ensino fundamental.
  - (D) a indústria bélica.
47. O aviso prévio é devido
- (A) na despedida indireta.
  - (B) na dispensa motivada.
  - (C) no contrato de experiência, em se tratando de gestante.
  - (D) por ocasião do afastamento do empregado que for prestar o serviço militar.
48. Observada a regra do artigo 451 da CLT, o contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de
- (A) 3 meses.
  - (B) 6 meses.
  - (C) 1 ano.
  - (D) 2 anos.
49. A suspensão do empregado por mais de 30 dias consecutivos importa na
- (A) sanção disciplinar máxima aplicada nas relações de emprego.
  - (B) rescisão contratual, atribuindo justa causa ao trabalhador.
  - (C) rescisão injusta do contrato de trabalho.
  - (D) interrupção do contrato de trabalho.

50. Mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou contrato coletivo de trabalho, a duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de
- (A) 1 hora.
  - (B) 2 horas.
  - (C) 3 horas.
  - (D) 4 horas.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

51. Indique a alternativa correta acerca dos recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça.
- (A) Não sendo admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberão embargos de divergência, no prazo de 48 horas, para o Supremo Tribunal Federal ou para o Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso.
  - (B) É embargável a decisão da turma que, em recurso especial, divergir do julgamento de outra turma, da seção ou do órgão especial.
  - (C) Tratando-se de apelação, de embargos infringentes e de ação rescisória, os autos serão conclusos ao relator.
  - (D) O revisor negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou do Superior Tribunal de Justiça.
52. João promove uma determinada ação em face de José, visto que ambos se controvertem sobre a propriedade de certo bem. Maurício, por sua vez, entende-se legítimo proprietário do bem controvertido. Nesse caso, para que Maurício venha a ingressar na demanda da proposta a fim de impor seu direito, deverá promover a modalidade de intervenção de terceiros denominada
- (A) nomeação à autoria.
  - (B) litisconsórcio facultativo.
  - (C) assistência.
  - (D) oposição.

53. Maria propôs ação de cobrança, pelo procedimento ordinário, em face de Augusta. Entretanto, esqueceu-se de recolher as respectivas custas iniciais, motivo pelo qual o juiz, por despacho, determinou que a autora efetuasse o recolhimento não determinando, contudo, o prazo em que deveria fazê-lo. Nessa situação, é certo que Maria deverá proceder ao competente recolhimento no prazo de
- (A) 10 dias.
  - (B) 5 dias.
  - (C) 48 horas.
  - (D) 24 horas.
54. Extingue-se o processo com julgamento de mérito quando
- (A) se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.
  - (B) ficar parado durante mais de 1 ano por negligência das partes.
  - (C) as partes transigirem.
  - (D) o juiz acolher a alegação de coisa julgada.
55. Sobre as provas, de acordo com as prescrições do Código de Processo Civil, é correto afirmar que
- (A) o incidente de falsidade tem lugar em qualquer tempo e grau de jurisdição, incumbindo à parte, contra quem foi produzido o documento, suscitá-lo na contestação ou no prazo de 10 dias, contados da intimação da sua juntada aos autos.
  - (B) não pode depor como testemunha, por vício de impedimento, o condenado por crime de falso testemunho, havendo transitado em julgado a sentença.
  - (C) o juiz pode, em qualquer fase do processo, mas somente mediante requerimento da parte, inspecionar pessoas e coisas.
  - (D) ainda quando as partes, na inicial e na contestação, apresentarem sobre as questões de fato pareceres técnicos ou documentos elucidativos, o juiz, mesmo considerando-os suficientes, não poderá dispensar a prova pericial.
56. Sobre o sistema recursal previsto pelo Código de Processo Civil, analise as afirmações.
- I. O recurso extraordinário e o recurso especial impedem a execução da sentença.
  - II. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso interposto.
  - III. O recurso, dito adesivo, não será conhecido, se houver desistência do recurso principal, ou se for ele declarado inadmissível ou deserto.
- Está correto o contido em
- (A) I e II, apenas.
  - (B) I e III, apenas.
  - (C) II e III, apenas.
  - (D) I, II e III.
57. Em se tratando de processo de execução por quantia certa contra devedor solvente,
- (A) as imagens e os objetos do culto religioso, sendo de grande valor, podem ser penhorados à falta de outros bens.
  - (B) o oficial de justiça, não encontrando o devedor, seqüestrar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução.
  - (C) tratando-se de crédito pignoratício, anticrético ou hipotecário, a penhora, independentemente de nomeação, recairá sobre quaisquer bens ou rendas do devedor, exceto sobre a coisa dada em garantia.
  - (D) o juiz não poderá autorizar a alienação antecipada dos bens penhorados ainda que haja manifesta vantagem.
58. Analise as afirmações dadas acerca dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.
- I. Na ação de consignação em pagamento, o réu não poderá alegar, em sede de contestação, que foi justo receber a quantia ou coisa devida.
  - II. Julgada procedente a ação de depósito, o juiz ordenará a expedição de mandado para entrega da coisa ou do equivalente em dinheiro no prazo de 24 horas.
  - III. Aquele que pretender exigir a prestação de contas requererá a citação do réu para, no prazo de 5 dias, apresentá-las ou contestar a ação.
  - IV. Nas ações possessórias, não é lícito ao autor cumular ao pedido possessório o de condenação em perdas e danos.
- São corretas as afirmações
- (A) I e II, apenas.
  - (B) I e III, apenas.
  - (C) II e III, apenas.
  - (D) I, II, III e IV.
59. Indique a assertiva correta no que diz respeito ao rito processual estabelecido para os Juizados Especiais Cíveis pela Lei n.º 9.099/95.
- (A) Os embargos de declaração serão interpostos por escrito, no prazo de 48 horas, contados da ciência da decisão.
  - (B) Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado e será julgado por uma turma de 3 juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
  - (C) A instrução somente poderá ser dirigida por juiz togado, sendo vedada ao juiz leigo, em qualquer hipótese, a direção desse tipo de audiência.
  - (D) A contestação, que será admitida apenas por escrito, conterá toda a matéria de defesa, exceto arguição de suspeição ou impedimento do juiz, que se processará na forma da legislação em vigor.

60. Geraldo celebrou com Alfredo, por escrito e pelo prazo de 5 anos, contrato de locação para fins residenciais. Não foi exigida fiança do imóvel que é propriedade de Alfredo. Decorrido o prazo ajustado, Alfredo não mais tendo interesse na continuidade da locação, concede a Geraldo o prazo de 30 dias para que desocupe o imóvel. Inconformado, Geraldo ingressa com ação renovatória em face de Alfredo. Nessa situação,
- (A) o juiz deve extinguir o processo, sem julgamento do mérito, por indeferimento da petição inicial, na medida em que Geraldo é carecedor de interesse processual na ação renovatória.
  - (B) embora a ação seja adequada à pretensão de Geraldo, não tem como prosperar, haja vista a inexistência de fiança.
  - (C) Geraldo deveria ter promovido a competente ação de consignação em pagamento de aluguel e acessórios da locação a fim de ver satisfeita sua pretensão, caso em que Alfredo não teria como se opor a que a locação fosse renovada.
  - (D) a ação mostra-se inadequada à pretensão de Geraldo que deveria buscá-la em sede de revisional de aluguel, ainda que na pendência de prazo para desocupação do imóvel.

## DIREITO CIVIL

61. No contrato de compra e venda, é correto afirmar que
- (A) até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do comprador.
  - (B) a fixação do preço em nenhuma hipótese pode ser deixada ao arbítrio de terceiro.
  - (C) salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do vendedor.
  - (D) é lícito às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros, desde que suscetíveis de objetiva determinação.
62. A rescisão
- (A) corresponde a qualquer forma de término da relação contratual.
  - (B) quando bilateral, é chamada de distrato.
  - (C) tem o mesmo significado que resolução do contrato.
  - (D) independe da vontade dos contratantes.
63. O pagamento deve ser realizado em regra
- (A) no domicílio do credor.
  - (B) no domicílio do devedor.
  - (C) no local da constituição da obrigação.
  - (D) no local em que o credor determinar.

64. A pretensão de reparação civil prescreve em
- (A) 1 ano.
  - (B) 2 anos.
  - (C) 3 anos.
  - (D) 5 anos.
65. No mandato,
- (A) a aceitação pode ser tácita.
  - (B) a aceitação deve ser necessariamente expressa.
  - (C) os termos gerais conferem todos e quaisquer poderes ao mandatário.
  - (D) o mandatário não possui o direito de retenção.
66. É correto afirmar que
- (A) a transação interpreta-se extensivamente.
  - (B) é vedado o compromisso extrajudicial.
  - (C) a transação firmada entre credor e devedor não desobriga o fiador.
  - (D) é vedado o compromisso para a solução de questões de estado.
67. A cláusula de reversão pode ser utilizada nos contratos
- (A) de doação.
  - (B) estimatórios.
  - (C) de locação de coisas.
  - (D) de corretagem.
68. O casamento
- (A) é anulável quando contraído por infringência de impedimento.
  - (B) pode celebrar-se mediante procuração, por instrumento particular, com poderes especiais.
  - (C) de que resultou gravidez, não se anulará, por motivo de idade.
  - (D) garante ao marido a direção da sociedade conjugal.
69. Sobre o regime de bens entre os cônjuges, é correto afirmar que
- (A) não havendo convenção, vigorará o regime da separação total.
  - (B) é nulo o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública.
  - (C) é impossível a sua posterior alteração.
  - (D) é obrigatório o regime da separação de bens no casamento da pessoa maior de 50 anos.

70. São herdeiros necessários

- (A) os descendentes e o cônjuge.
- (B) os ascendentes e os colaterais.
- (C) o cônjuge, os ascendentes e os descendentes.
- (D) os colaterais e os descendentes.

### CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA

71. No exercício da advocacia, ao advogado é permitido

- (A) falsear deliberadamente a verdade dos fatos em juízo, desde que se trate do único expediente de defesa.
- (B) aconselhar o cliente a não ingressar em aventura judicial, informando sempre quanto aos eventuais riscos de sua pretensão.
- (C) entender-se diretamente com a parte adversa que tenha patrono constituído, mesmo sem o assentimento deste.
- (D) valer-se da eventual proximidade ou amizade pessoal com o magistrado da causa, desde que para estrito benefício de seu cliente.

72. O advogado, integrante de departamento jurídico, vinculado ao cliente mediante relação empregatícia,

- (A) não pode recusar o patrocínio de pretensão, ainda que esta contrarie expressa orientação sua manifestada anteriormente.
- (B) deve zelar pela sua liberdade e independência, a despeito da relação empregatícia.
- (C) concluída a causa e interrompida a relação empregatícia, não está obrigado a guardar segredo profissional.
- (D) deve zelar pelos interesses econômicos do cliente, ainda que isso leve ao patrocínio de causa contrária à ética.

73. O substabelecimento do mandato, com reserva de poderes,

- (A) é ato pessoal do advogado da causa.
- (B) é ato vedado pelo Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.
- (C) implica a transferência total, para o substabelecido, dos honorários da causa, se nada houver sido acordado anteriormente.
- (D) é ato que exige a autorização prévia do cliente.

74. Quanto à publicidade, é correto afirmar que o advogado

- (A) pode utilizar-se de *outdoor*, desde que nele divulgue apenas seu nome, especialidade e endereço.
- (B) está autorizado a utilizar símbolos oficiais e símbolos utilizados pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.
- (C) pode utilizar amplamente mala-direta como forma de divulgar sua atividade e patrocínios anteriores que tenha exercido com sucesso.
- (D) não pode anunciar seus serviços profissionais em conjunto com outra atividade econômica.

75. Quanto aos honorários profissionais,

- (A) os honorários da sucumbência excluem os contratados.
- (B) é permitida a ampla compensação dos honorários contratados com os valores que devam ser entregues pelo advogado ao constituinte ou cliente e que estejam em seu poder.
- (C) poderão ser fixados em valores simbólicos ou irrisórios, a critério exclusivo do advogado.
- (D) devem ser fixados atendendo aos elementos fixados no Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, tais como a condição econômica do cliente e o proveito para ele resultante do serviço profissional.

### ESTATUTO DA OAB E SEU REGULAMENTO GERAL

76. Constitui atividade privativa de advocacia

- (A) a postulação perante os juizados de pequenas causas e a Justiça de Paz.
- (B) a impetração do *habeas corpus* e do *habeas data*.
- (C) as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas.
- (D) a defensoria pública e a docência acadêmica.

77. Cancela-se a inscrição do profissional que

- (A) sofrer doença mental.
- (B) passar a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com a advocacia.
- (C) for condenado penalmente.
- (D) exercer outra atividade econômica, salvo autorização prévia do respectivo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

**78.** As sociedades de advogados

- (A) adquirem personalidade jurídica e podem iniciar suas atividades com o registro de seus atos constitutivos no registro civil de pessoas jurídicas.
- (B) admitem procurações a elas endereçadas, dispensada a outorga individual aos advogados da mesma sociedade.
- (C) devem ser compostas exclusivamente por advogados regularmente inscritos, que só podem integrar até duas sociedades de advogados diferentes.
- (D) devem ter, obrigatoriamente, na razão social, o nome de, pelo menos, um advogado responsável pela sociedade, podendo permanecer o de sócio falecido, desde que prevista tal possibilidade no ato constitutivo.

**79.** A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as seguintes atividades:

- (A) ocupantes de cargos ou funções vinculadas direta ou indiretamente a atividade policial de qualquer natureza.
- (B) servidores da Administração direta, quando envolver o patrocínio contra a Fazenda Pública que os remunere.
- (C) membros do Poder Legislativo, quando envolver o patrocínio contra pessoas jurídicas de direito público.
- (D) presidentes ou diretores de fundações privadas e de sindicatos.

**80.** Na organização da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB,

- (A) as Caixas de Assistência dos Advogados são dotadas de personalidade jurídica própria e criadas pelos Conselhos Seccionais quando estes contarem com mais de 1 500 inscritos.
- (B) as Subseções foram extintas, por lei, em 1998, permanecendo apenas os Conselhos Seccionais e o Conselho Federal.
- (C) o Conselho Federal é composto, dentre outros, pelos ex-presidentes da OAB, estes com direito de voto nas sessões.
- (D) o Conselho Seccional pode ajuizar ação direta de inconstitucionalidade em face de leis federais.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**81.** São princípios informadores da Administração Pública o da

- (A) legalidade e o da supremacia do interesse privado sobre o público.
- (B) pessoalidade e o da moralidade administrativa.
- (C) eficácia e o da improbidade.
- (D) impessoalidade e o da publicidade.

**82.** O princípio da moralidade administrativa

- (A) pode acarretar a invalidade de ato administrativo, seja pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário.
- (B) é observado quando o administrador público edita atos conforme os seus valores morais.
- (C) se não atendido quando da prática de ato administrativo, não pode ser controlado pelo cidadão, apenas pelo prejudicado.
- (D) pode ensejar a revogação de ato administrativo, a ser praticada exclusivamente pelo Poder Judiciário.

**83.** No que concerne aos serviços públicos,

- (A) não podem ser delegados, devendo ser exercidos diretamente pela Administração Pública.
- (B) se essenciais, podem ser delegados a outras entidades, desde que públicas e por prazo determinado.
- (C) seu exercício pode ser delegado a entidades públicas ou privadas, por meio de concessão ou permissão, mantendo-se a titularidade com o Poder Público.
- (D) podem atender necessidades privadas desde que o administrador público entenda, a seu critério, ser adequado.

**84.** Quanto aos “poderes” da Administração Pública, pode-se afirmar que

- (A) o chefe do Poder Executivo não detém “poder” normativo, hipótese de típico “poder” afetado com exclusividade ao Parlamento.
- (B) o poder de polícia limita ou disciplina direito, interesse ou liberdade, regulando a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público.
- (C) o poder disciplinar é a faculdade de ordenar os órgãos administrativos e rever a atuação dos agentes públicos.
- (D) não se admitem, desde a Constituição de 1988, poderes discricionários, posto que violam os princípios básicos do Estado de Direito.

**85.** Quanto aos atos administrativos, é correto afirmar que a

- (A) homologação é ato pelo qual os órgãos consultivos da Administração emitem opinião sobre assuntos técnicos de sua competência.
- (B) licença é ato unilateral, vinculado, de controle e precário.
- (C) aprovação é ato unilateral pelo qual se exerce o controle *a priori* ou *a posteriori* do ato administrativo.
- (D) admissão é ato negocial e discricionário pelo qual o Poder Público defere determinada situação jurídica de interesse privado.

**86.** A desapropriação, a ocupação temporária e o tombamento apresentam, respectivamente, as seguintes características necessárias:

- (A) transferência compulsória da propriedade; limitação gratuita do imóvel particular e proteção dos bens ambientais.
- (B) constituição de servidão administrativa; não atribuição de direito à indenização e restrição integral do direito de propriedade.
- (C) atribuir direito à indenização prévia em dinheiro; constituir prerrogativa exclusiva da Administração Pública direta e conferir direito à indenização.
- (D) gerar a perda do bem pelo particular; afetar a exclusividade do direito de propriedade do particular e impor restrições ao exercício pleno do direito de propriedade pelos prédios vizinhos.

**87.** O convite e o pregão constituem modalidades de licitação que dispensam, respectivamente,

- (A) a habilitação e o edital.
- (B) o edital e a comissão de julgamento.
- (C) a adjudicação e a habilitação.
- (D) a convocação e a habilitação.

**88.** No contrato tipicamente administrativo, no qual a Administração Pública é parte sob o regime jurídico publicístico, são características essenciais:

- (A) a presença de cláusulas exorbitantes do Direito Privado e a natureza de contrato de adesão.
- (B) a imutabilidade de suas cláusulas, salvo mediante nova licitação, e a formalização mediante nota de empenho.
- (C) a prorrogabilidade e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro estritamente dentro dos limites expressos no edital.
- (D) a rescindibilidade unilateral discricionária da Administração Pública e a não-consensualidade.

**89.** No regime constitucional-administrativo dos servidores públicos é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, quanto a

- (A) dois cargos em comissão.
- (B) um cargo de professor com um cargo técnico ou científico.
- (C) um cargo em comissão com um cargo em confiança.
- (D) dois cargos técnicos administrativos, desde que em entidades federativas diversas.

**90.** Quanto aos bens públicos,

- (A) sua alienação exige prévia desafetação e lei específica, sejam bens de uso especial ou dominicais.
- (B) os rios, as ilhas oceânicas e as costeiras, bem como os potenciais de energia hidráulica, pertencem aos estados-membros.
- (C) admite-se o uso privativo, por particular, inclusive com a possibilidade de disposição de uma parte da matéria física neles encontrada.
- (D) não admitem locação ou arrendamento.

## DIREITO COMERCIAL

**91.** Na locação empresarial,

- (A) o prazo da locação é desnecessário para a aquisição do direito de inerência ao ponto.
- (B) o locador não pode pedir o imóvel, mesmo que tenha proposta de terceiro em melhores condições.
- (C) a ação renovatória deve ser distribuída nos 6 meses posteriores ao final do contrato.
- (D) o desenvolvimento da mesma atividade mercantil é considerado requisito essencial para a propositura da ação renovatória.

**92.** A utilização dos avanços dos meios de escrituração eletrônica comprometem diretamente a aplicação do Princípio Cambiário da

- (A) Autonomia.
- (B) Independência.
- (C) Cartularidade.
- (D) Força vinculante.

**93.** Na falência requerida,

- (A) poderá o devedor, no prazo da contestação, pleitear a recuperação judicial.
- (B) o devedor deverá apresentar contestação no prazo de 24 horas.
- (C) o devedor deverá apresentar contestação no prazo de 15 dias.
- (D) poderá o devedor, no prazo da contestação, pleitear a recuperação extrajudicial.

94. É correto afirmar que
- (A) da decisão que decreta a falência ou da sentença que julga a improcedência do pedido cabe apelação.
  - (B) da decisão que decreta a falência cabe agravo, e da sentença que julga a improcedência do pedido cabe apelação.
  - (C) da decisão que decreta a falência cabe apelação, e da sentença que julga a improcedência do pedido cabe agravo.
  - (D) da decisão que decreta a falência ou da sentença que julga a improcedência do pedido cabe agravo.

95. Nas sociedades anônimas, as assembléias gerais

- (A) são formadas por todos os acionistas.
- (B) possuem poderes para deliberar sobre qualquer assunto de interesse da companhia.
- (C) são subordinadas ao Conselho de Administração.
- (D) possuem poderes para deliberar apenas sobre as matérias determinadas no estatuto social.

#### DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

96. Terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente para cada uma das partes, de

- (A) 10 minutos.
- (B) 12 minutos.
- (C) 15 minutos.
- (D) 20 minutos.

97. Os dissídios individuais cujo valor não exceda a 40 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos

- (A) à tutela antecipada.
- (B) ao processo saneador.
- (C) ao procedimento ordinário.
- (D) ao procedimento sumaríssimo.

98. Complete a frase: O reclamante que der causa ao arquivamento de que trata o artigo 844 da CLT por 2 vezes seguidas, incorrerá na

- (A) multa pecuniária que deverá ser arbitrada pelo juiz da causa.
- (B) pena de perda do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho pelo prazo de 3 meses.
- (C) pena de perda do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho pelo prazo de 6 meses.
- (D) multa pecuniária que deverá ser arbitrada pelo juiz da causa, cominada com a pena de perda do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho pelo prazo de 3 meses.

99. Em inquérito judicial para apuração de falta grave, cada parte pode arrolar até

- (A) 2 testemunhas.
- (B) 3 testemunhas.
- (C) 4 testemunhas.
- (D) 6 testemunhas.

100. Apresentada a exceção de incompetência, a outra parte tem, para contestar, o prazo improrrogável de

- (A) 24 horas.
- (B) 48 horas.
- (C) 5 dias.
- (D) 8 dias.

